



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL  
SDG-1 - TAQUIGRAFIA  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC- 006999-989-20-5



**26ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2023, POR MEIO DE PLATAFORMA PARA VIDEOCONFERÊNCIA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO TCESP Nº 02/2020.**

**PRESIDENTE E RELATOR** – Conselheiro Renato Martins Costa

**PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS** – José Mendes Neto

**SECRETÁRIO** – Sérgio Ciquera Rossi

**PROCESSO** - TC-006999.989.20-5

**PREFEITURA MUNICIPAL:** São Luiz do Paraitinga.

**EXERCÍCIO:** 2021.

**PREFEITA:** Ana Lúcia Bilard Sicherle.

**PROCURADOR DE CONTAS:** Rafael Antonio Baldo.

**FISCALIZADA POR:** UR-14.

**FISCALIZAÇÃO ATUAL:** UR-14.

**PEDIDO DE VISTA DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES.**

**PRESIDENTE E RELATOR** – Senhores Conselheiros, Procurador do Ministério Público de Contas e senhor Secretário-Diretor Geral. No **Item 73**.

É matéria que retorna. São as contas da Prefeitura Municipal de São Luís do Paraitinga, exercício de 2021.

Proferi voto pela emissão de parecer favorável, porém entendi que seria o caso de encaminharmos uma informação, nos termos da nossa Resolução, à Câmara Municipal de Paraitinga porque foi concedido um RGA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL  
SDG-1 - TAQUIGRAFIA  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC- 006999-989-20-5



em 2021, quando estaríamos ainda sobre os influxos das restrições da lei complementar 173.

A eminente Conselheira Cristiana de Castro Moraes pediu vista do processo. Sua Excelência, como é praxe sua gentileza, nos deu conhecimento do teor do voto revisor, assim como todos fazemos aqui no âmbito da nossa Câmara para obviar os trabalhos.

E ela atentou para um ponto que me escapou e que me parece fundamental, que é o fato de a Prefeitura não ter renovado o decreto de calamidade pública em 21. Ela o decretou em 20, porém não o renovou em 21.

Sendo assim, ela não está sujeita, em 21, nem aos benefícios e nem às restrições do período pandêmico, o que torna realmente desnecessário o encaminhamento da matéria, seja ao MP Estadual seja à Câmara Municipal.

Com essas observações antecipadas, Conselheira Cristiana, eu agradeço Vossa Excelência pela lembrança muito oportuna.

Palavra da Conselheira Cristiana de Castro Moraes.

**CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES –**

Presidente, Vossa Excelência resumiu o que eu ia falar. Então, eu o acompanho nesse sentido.

**PRESIDENTE E RELATOR –**

Portanto, há convergência entre a Revisora e este Relator. A matéria está em discussão. Em votação. Aprovado o voto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL  
SDG-1 - TAQUIGRAFIA  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS TC- 006999-989-20-5



**DECISÃO CONSTANTE DE ATA:** Pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes, a E. Câmara decidiu emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, relativas ao exercício de 2021, ressalvados os atos pendentes de apreciação por este E. Tribunal, conforme o exposto nas **respectivas notas taquigráficas**, inseridas aos autos.

Determinou, outrossim, seja a Prefeitura Municipal comunicada, via sistema eletrônico, acerca das recomendações discriminadas no voto do Relator, proferido em 18 de julho de 2023, inserido aos autos.

Taquígrafo(a): Angela.